

## A ILHA CINQUENTENÁRIA: 1956 - 1960

Grazielle Rodrigues do Nascimento\*  
UFPE-CNPq/HISTÓRIA/CEPEHC-FN

Resumo:

1950. Os governos brasileiro e EUA estreitavam seus laços diplomáticos em nome da segurança do hemisfério norte. Como um dos pontos estava instalação de uma base militar “americana” na ilha de Fernando de Noronha. Nesta ilha, sem que fossem solicitadas escolhas e incertezas, corria um cotidiano repleto de disciplina dos quartéis e de ‘esquecimentos’. Na ordem dos quartéis, tanto brasileiros como estadunidenses, se estabeleciam como dois grupos distintos em culturas e disciplinas. E inserido no ‘esquecimento’ existia um ordenamento social que configurava o dia-a-dia da ilha, com suas relações sociais e de poder em um constante movimento. As relações estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos podem ser revisitadas nos relatos orais e registros documentais trazidos por quem viveu esse período. Como era a relação entre americanos e brasileiros em Noronha? Qual a reação noronhense a presença desse estrangeiro? São alguns questionamentos feitos ao longo da pesquisa e que pretendemos responder nesse trabalho ora esboçado.

Palavras-chaves: Brasil e Estados Unidos; Fernando de Noronha, guerra fria e década de 1950.

### 01 - UM POUCO DE INTRODUÇÃO:

Que Noronha pretendo relatar? A construída por disciplina militar ou a narrada por homens e mulheres que arriscaram a juventude em troca do que estava escrito em uma propaganda sobre ir trabalhar na ilha de Fernando de Noronha? Juventude, política e natureza configuram essa Noronha de olhos esmeraldas e pele dourada do entardecer.

Num cotidiano cinquentenário e que abriga muitas histórias, o americano veio para apimentar um caldeirão histórico e entrar nas estatísticas de mais um estrangeiro presente na história insular. Será? Os personagens aqui, transitavam por um ambiente de azul- verde esmeralda que a todos encantava e a todos provocava o desejo de evadir. Traçar um perfil a esses é correr o risco de cometer erros com a memória<sup>1</sup> que

---

\*Aluna do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); bolsista Cnpq e Coordenadora de pesquisa CEPEHC-FN. E-mail: graziellerodrigues379@hotmail.com

<sup>1</sup> Entende-se memória numa ótica de Jeanne Marie Gagnebin, quando no seu livro Lembrar, Esquecer, Escrever, ela trabalha a memória como um exercício de construção da narrativa histórica. Até onde podemos ir com a vontade de buscar um “passado verdadeiro”? Como podemos tecer uma escrita comprometida com um passado-presente imbricados na nossa maneira de se postar no mundo, e que possa ser entendido como a função do historiador comprometido politicamente e socialmente? Essa idéia nos leva a tentar resolver o passado histórico numa busca por enfrentar os rastros deixados por esse. Crescer,

se pretender narrar, pelo simples fato que lá se constituíam pessoas que conviviam entre as ordens dos militares brasileiros e a sobrevivência através do ‘trabalho extra’ oferecido pelos “americanos”.

Em Noronha, somos levados a extremos psicológicos e sentimentais que nos conduzem a construir diferentes percepções de paraíso<sup>2</sup>. E nesse dito lugar, existe um grupo de pessoas considerado fundador da sociedade atual, a qual denomino de cinqüentenários<sup>3</sup>. A esses a idéia paradisíaca que ronda no imaginário de quem deseja aportar em Noronha, com o intuito de desfrutar dos encantos que a natureza concede aos olhos, não é tão apropriada.

A verdade é que duas histórias se inter cruzam para configurar mais uma passagem no cotidiano fernandino. E começo este artigo com duas perguntas que me intriga toda vez que retorno à ilha de Fernando de Noronha: uma é como entender a noção que temos de paraíso? E qual a idéia que se tem sobre insularidade nesse cotidiano? Pois, pensar a ilha de Fernando nos excursiona a ecologia; a um imaginário em que o pecado não se refere apenas a uma lenda<sup>4</sup> criada por um cotidiano de sentença perpétua. Quem a constitui? É uma outra questão que ronda a atualidade.

Foram tantos os seres que a habitaram: desde portugueses a brasileiros; tantas nações estrangeiras passaram por lá, talvez com o fim de “estrapalhar uma sereia bonita”, no dizer de Gilberto Gil, como se trouxessem alguma novidade: a civilização. Quem sabe? Leva-la a lugares pouco habitados ou, quando habitados, cultivar os seres adjetivados de tantas formas e estilos nada etnocêntricos.

Esses cinqüentenários viveram períodos difíceis de ordenamento militar, em que o vigiamento e a disciplina eram uma constante neste cotidiano. Chegados por volta da década de 1940, muitos estavam contratados ao trabalho insular para servirem de pedreiros, mecânicos, soldador, ajudantes de cozinha, serviços gerais, serviços

---

amadurecer historicamente para que o presente seja entendido e não transformado por si só: sem reflexões e indagações. (pg. 47).

<sup>2</sup> Paraíso numa ótica trabalhada por Jean Delemau, *O Que Sobrou do Paraíso*, que explica a idéia de paraíso que foi sendo construída pela humanidade ao longo de sua história. Ele toma Jerusalém como um exemplo para essa explicativa, despindo os lugares-comuns que torna essa idéia como uma das representações sobre o reino dos céus, e mostra que, com a laicização da sociedade, o céu se torna objeto de ciência e se separa da idéia de paraíso, permanecendo esse como algo preparado para nós, seres humanos, num planos para o além eterno.

<sup>3</sup> Esse grupo, chegado por volta de 1940, viveu períodos de grande dificuldade para a sobrevivência. Na atualidade são em torno de 168 idosos com muitas histórias e experiências de vida acerca desse período da história e memória da ilha de Fernando.

<sup>4</sup> A LENDA DO PECADO: havia uma sociedade de gigantes que habitavam a ilha. Nessa, as normas de condutas eram gerenciadas por um conselho de anciãos que a regia conforme necessário fosse. Desconhecia-se a traição e a infidelidade. Reinava a paz entre todos. Tudo era tranqüilo, até que dois seres dessa sociedade perfeita se apaixonaram. Era porém um amor proibido, pois ela já era companheira de outro. Descoberto a tamanha ‘infração’, os dois gigantes foram penalizados com a morte e partes de seus corpos foram mutilados e jogados nas praias do mar de dentro para que servisse de exemplo a quem se atrevesse novamente a cair em tal pecado. Dela os seios foram extraídos, retirados um dos símbolos de feminilidade. E dele o que pudesse representar o ser viril, a força genitora masculina: o falo. O tempo se passou desde esse episódio trágico e encarregou de transformar os dois elementos em estátuas petrificadas, reconhecíveis e identificáveis. No entanto, não os separaram, nem os uniu. Apenas os aproximou um a frente do outro, numa tentativa de contemplação recíproca, como quem estivesse a espera do reencontro.

domésticos, lavradores, etc; parte a serviço do comando da ilha e parte a serviço dos estrangeiros que se localizavam na Campina do Boldró, reduto da base “americana”.

Arrisquei-me a entreolhar esse ambiente cinquentenário pelas frestas antropológicas para tentar entender o que se passava entre estrangeiros e brasileiros numa Noronha dos ‘anos dourados’. Algo em torno do isolamento militar, mas que nos foi permitido perceber os rastros deixados pelos que conviveram esse período. Tentar relatar como esses personagens fernandinos poderiam ser narrados num ambiente que por muitos o via como isolado e esquecido.

## **02 - A PRESENÇA DOS EUA:**

O ajustamento para que a presença dos Estados Unidos fosse efetivada na Ilha de Noronha, teve como base atos diplomáticos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos ocorridos no ano de 1942, em plena Segunda Guerra mundial. Nesse ano, no Rio de Janeiro, a Conferência dos Chanceleres, num sentido estritamente militar, decidia que seria tarefa exclusiva das forças armadas norte-americanas a defesa hemisférica, cabendo às forças armadas da latino-américa a manutenção da ordem política e social nos seus territórios. Em 1945, na Conferência do México, as nações latino-Americanas defendiam a multipolarização da defesa hemisférica, sendo esse argumento contestado pelos representantes do governo dos Estados Unidos, os quais se baseavam no princípio de defesa nacional EUA. Ficando, portanto, deliberada o sentido bipolar dessa defesa na Ata de Chapultepec, que versa sobre a Assistência Recíproca e Solidariedade Americana. No ano de 1947, foi assinado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) que funcionaria em caso de agressão ou ameaça de agressão (MOURA. CPDOC 1990: pgs 48 e 49). Reforçados majoritariamente em 1952, forneciam assistência militar, treinamentos e equipamentos, em especial nos estoques norte-americanos. Até meados da década de 1960, mais de 02 bilhões de dólares tinham sido utilizados nesses programas (MOURA 1990: pgs 36, 40 e 44)

O que ocorria no ano de 1957, em Fernando de Noronha, era uma concessão de uso por parte do governo americano à instalação de uma base de monitoramento de mísseis – “os teleguiados” - na fala dos habitantes locais - baseado nos tratados militares acima citados. O clima frio de uma guerra de escalas internacionais não era tão fácil de ser percebida na ilha, já que o isolamento submetido aos que lá residiam engendrava um certo quê de esquecimento do ‘mundo lá fora’. Esquecimento esse que mais tarde também seria experimentado pelos ‘americanos’ que para lá eram enviados.

Para Noronha foi destinado um contingente de 150 norte-americanos. No início

*os norte-americanos estiveram em Fernando de Noronha durante todo o mês de novembro e começo de dezembro. Vieram em seis navios, sendo dois muito grandes, e desembarcaram grande quantidade de material em helicópteros que atravessaram os céus da ilha, baixando em clareiras, abertas na ponta da sapata (morro do Farol, uma das extremidades da ilha de difícil acesso), Morro do Francês e Ilha Rata. Ali, construíram acampamentos, estiveram mais de 30 dias, fazendo estudos. Os habitantes limitavam-se a observar os helicópteros que carregava tudo (Apeje DP: 27/01/1957)*

para depois serem erguidos os ‘iglus’. A construção dos bangalôs estadunidense trouxe uma nova concepção de organização militar, que era sentida na área restrita aos ‘americanos’. Formou-se uma base planejada e livre dos olhares militar brasileiro, com “instalações moderníssimas e luxuosas”, na visão do repórter João Silveira. Isso causava um certo estranhamento nos que residiam – no caso a comunidade local – pois não significava que esse ordenamento militar tivesse a participação brasileira, como de costume se via acontecer nas construções patrocinadas pelo Exército brasileiro, a qual a ilha estava subordinada<sup>5</sup>. A independência e o isolamento da base americana para o restante da ilha, nos é demonstrado quando os “helicópteros carregavam tudo” de tal forma que restava a população, civil e ou militar, ficar de fora, apenas presenciando a manobra. Demonstração essa de que um outro poder bélico e administrativo, estava se configurando nesse cotidiano fernandino.

Os acordos assinados a essa instalação, concedia o aluguel da ilha a esses estrangeiros no prazo de cinco anos possíveis de renovação. Em troca seria disponibilizados equipamento eletrônico e o desenvolvimento do sistema de comunicação instalado no morro francês, também conhecido como o ponto de transmissão e recepção de rádio.

*Aquela área foi um acordo do tempo que Juscelino era o presidente. Foi um acordo que os americanos fizeram com o Brasil para fazer aqui; para montar uma base; não era fixa. Era não-fixa. É somente de testes de experiências por cinco anos de teleguiados. Essa foi o que construíram aquela área”. “...a companhia John Tompkins que era a companhia da construção da base. Ai veio um efetivo americano de oitenta americanos da Pan-América. Tudo era técnico de comunicações, de radar. Tinha estação de rádio. Eram cinco casas de estação-rádio. Era uma base de rastreamento de foguetes.”<sup>6</sup>*

Dentro desse ambiente insular, havia os contra e os a favor a essa presença estrangeira. Ao comandante Mafra “era um momento delicado e que deveria ser visto com cautela”; já para a população local era uma oportunidade de extra, ou como o Seu Davi relata, ‘extraordinário’. Um senhor de 76 anos e que trabalhara na base instalada pelo governo dos Estados Unidos em 1957: “...ali era tudo certinho. Se você passasse da hora, eles pagavam o seu extraordinário. É um envelope com dinheiro semanal que era pago por fora, e vem outro envelopezinho com o extraordinário”.

A relação entre estrangeiros e brasileiro era cordial. Recebiam ordens para não se misturar uns com os outros. O tenente-coronel José Francisco da Costa<sup>7</sup> tinha a

---

<sup>5</sup> A administração do Arquipélago de Fernando de Noronha, passou por diferentes órgãos e instituições do governo brasileiro. No século XIX era conferida a ilha a responsabilidade ao Ministério da Guerra (1823); ao Ministério da Justiça (1877) e a Província de Pernambuco (1891). Com a virada para o Século XX é conferida ao Governo Federal a sua jurisdição (1938) até se transformar em um Território Federal, em 09 de fevereiro de 1942, ficando sob o poder do Exército até os anos de 1981. Seguiu-se com a Aeronáutica (1986); o Estado Maior das Forças Armadas - EMFA (1986/1987) e o Ministério do Interior - MINTER (1987/1988), quando em 1988, volta a ser administrado pelo governo do Estado de Pernambuco na forma de Distrito Estadual até então.

<sup>6</sup> Entrevista realizadas em julho de 2007, com os senhores Davi Cordeiro (Seu Davi) e Francisco de Oliveira (Seu Chiquito), a respeito da participação desses nas atividades com os militares americanos em 1957.

<sup>7</sup> Que assumiu o comando do regimento brasileiro em Noronha, no lugar do Major Abelardo Mafra em 1958..

*autoridade para inclusive ordenar a saída de qualquer americano que se comportasse mal. Circunstância difícil de ocorrer, porque os americanos têm rigorosas instruções do pentágono no sentido de tratarem cordialmente os habitantes locais e de não se salientarem, nem de confraternizarem demais com os nativos (Apeje Revista O Cruzeiro: 1959).*

As rigorosas instruções acarretavam a solidão que mesmo de intensidade diferente da vivida por quem morava há tempo na ilha, lhes castigava tanto quanto aos brasileiros<sup>8</sup>.

Pois bem! Isolamento, esquecimento, transgressão e disciplina são uma constante no dia-a-dia noronhense. E que os tomo como pilares da teia social que configurava a Noronha dos ‘anos dourados’. A vinda dos ditos americanos dava um novo sentido a esse cotidiano sob os pilares citados. Era o ‘milagre’ americano que mudaria a vida deles<sup>9</sup> para melhor. E isso significava dólar e trabalho.

Para o militar e comandante na ilha, Major Mafra, o momento era delicado, pois se fazia presente uma nova “ordem de poder e que se acentuava com a chegada não do ser americano”, mas sim do fator econômico: o dólar. O poder constituído a partir de então mexia com a vontade de saber algum ofício que desse condições dos que lá residiam, ir trabalhar com o estrangeiro, pelo simples fato de receber a mais que o pago pelo governo brasileiro. Uma nova estrutura de poder estava sendo armada e que conduziu o cotidiano noronhense a voltar-se a esses.

“O homem insular simples e pacato” defrontava-se “com um mundo de instalações complexas e ultra modernas” de telemetria eletrônica, transmissão, recepção, posto meteorológico, estação de tratamento de água, sistema de localização de impactos dos mísseis, estação de produção de energia elétrica, além dos depósitos de água e combustível, somando um total de 11 edifícios construídos para servirem ao propósito americano<sup>10</sup>. “O ar-condicionado que a ilha não conhecia tomou conta das instalações americanas na Campina do Boldró, no morro Francês e em outras localidades”. (Apeje DP: 27/01/1957).

E refletir acerca desses espaços que foram construídos nesse período na ilha e que nos faz perceber-lo ainda hoje ao andar pelas estradas de pretas pedras, é deparar com o público e o privado imbricados, se confundindo em diferentes espaços: um espaço urbano gerenciado pelas relações administrativas e comerciais desenvolvido pelo turismo; um espaço rural que ainda persisti com criação de ovelhas, prática desenvolvida desde o período militar; e em um espaço litorâneo em que as paredes de águas salgadas são os nossos limites. Os olhares desatentos imaginam essa ilha cercada pela natureza, como um espaço ecologicamente ‘correto’, e que tem como garantia a preservação de parte da flora e fauna brasileiras. No entanto, não se percebe a interação

---

<sup>8</sup> Que criavam estratégias para "esquecer o abandono a que relegou o governo do Brasil". Segundo um relato para “agüentar viver sem padre, sem médico e sem dentista, distraíam-se dispendiosamente com alguns tragos de cachaça” (Apeje DP: 25/01/1957).

<sup>9</sup> O recorte do Diário de Pernambuco de 1957, traz entre outras coisas a fala de um pescador a respeito dos americanos aportarem na ilha. Segundo ele Noronha “não tem mais nada a dá. Até o nosso peixe dizem que não presta mais, e o Recife não quer mais compra-lo. Só um milagre poderia salvar esta ilha. Esse milagre será a vinda do americano. O dinheiro vai correr solto e muita gente vai ter onde trabalhar”.

<sup>10</sup> Segundo memorando assinado pelo Gen Ex. Nestor Souto de Oliveira, presidente da CMMBEU, em 07 de junho de 1962

do que lhe é natural com o que lhe foi construído para atender a urbanização e as relações sociais e de poder constituídas no local.

### **03 - OS ESPAÇOS DE PODER:**

Fernando de Noronha nos anos de 1950 encontrava-se, no que se costuma dizer na ilha, no “tempo dos coronéis”. Não se faz, nessa denotação, alusão ao tempo dos coronéis visto no interior do Brasil, mas os coronéis oficialmente regidos pelas instâncias militares, a qual administrava e salvaguardava a ilha para os brasileiros. Um coronelismo, por assim dizer, a mando do gestor da ordem nacional e que seguia códigos e ordens de condutas morais e militares.

Na década de 1950, e mais especificamente a partir dos anos de 1957, enquanto Recife vivia uma fase de projetos audaciosos para a organização dos seus espaços urbanos com a construção de largas avenidas e arranha-céus e as tentativas de solucionar o sistema de transporte, Noronha encontrava-se apática<sup>11</sup> a todas essas inovações urbanísticas e de arquitetura. No entanto, detinha das suas características para tal, que seguia as ordens ditadas pelos ditos “coronéis”. Ou seja havia um ordenamento urbano militar.

A organização urbana, espacial da ilha, seguia uma conduta disciplinar exigida nos quartéis e que beneficiava o vigiamento desses insulares para atender as normas de segurança nacional. Clarice Peixoto, na sua dissertação de mestrado nos relata que em Fernando de Noronha

*distribuir os indivíduos no espaço era, de certo modo, uma exigência da disciplina imposta pelos militares para evitar a deserção, a vadiagem, e a aglomeração. Essa concepção arquitetural, que vai pouco a pouco codificando os espaços, determinava que a moradia do governador ficasse assentada no alto de uma colina, de onde se avistassem as principais vilas da ilha e a vila dos pescadores (PEIXOTO 1983: pg 62).*

Essa idéia de vigiamento constante fazia manter uma estrutura arquitetônica seguindo as diretrizes militares, sem rebuscamentos e sem a necessidade de se instalar o modernismo da engenharia da época, como os edifícios de muitos andares e que tinham em suas bases colunas, arcos, etc; mesmo porquê a estrutura geológica da ilha não comporta esse tipo de construção moderna. Há, por assim dizer, uma limitação que lhe é natural para isso.

Quando se dá a entrada dos EUA na ilha de Fernando de Noronha, no final do ano de 1957, essa estrutura espacial sofre influências arquitetônicas e urbanas, vistas até hoje.

Num relatório dirigido ao governador do território, o coronel Jose Francisco da Costa, os técnicos enviados pela ESG (Escola Superior de Guerra), trazem-nos especificações quanto à habitação local, encontrando

*cerca de 150 casas distribuídas pela vila dos remédios e mais outros quatro pequenos povoados em outros pontos da ilha. Praticamente a totalidade das casas foi construída durante o tempo do presídio, ou antes. Sua construção e estado de conservação são precários quase todas não contando com instalações sanitárias.*

---

<sup>11</sup> Apática num sentido de ordenamento urbano ser regido pela arquitetura militar e não está inserida nos projetos e planejamentos de modernização do centro do Recife, por exemplo.

*O palácio de governo é bem montado e considerando o lugar, suntuário até.*

*Mesmo desprezando a diferença de instalação entre as habitações da vila americana, que são provisórias, e as brasileiras, o contraste de higiene, limpeza e trato do terreno adjacente é das mais marcantes.* (ESG 1960: pg 04).

Nesse sentido, a diferença em que se encontrava o urbano em Noronha, da vivenciada em Recife, por exemplo, não “atendia as novas exigências modernas”. Haja vista que a higiene nos alojamentos da vila americana se encontrava além da precária vivida pelo restante da ilha, e mais especificamente, a população não militar. Havia um espaço que podemos tomá-lo como moderno, a vila americana, mesmo sendo esta de caráter militar. E um espaço tido como precário e colonial<sup>12</sup>, construído desde o tempo do presídio. Marcas vistas até hoje em Noronha, onde boa parte das construções da Vila dos Remédios é tida dessa fase.

A base era planejada, seguindo prévios estudos a sua construção<sup>13</sup>. Espalhava-se por entre 11 pontos. Ainda é possível ver o dormitório que era conferido aos iglus e ao cassino. Na época havia um quê de mistério para adentrar nessas instalações e que contrastava com o que se via pela ilha em termos de urbanização.

O distanciamento de Noronha para a realidade vista em Recife dos anos 1950, por exemplo, leva-nos a pensar que o esquecimento imposto aos que lá residiam, seja temporariamente – como no caso dos militares e funcionários públicos que lá trabalhavam – seja fixo – aos que se encontravam no grupo da comunidade local e que seguiam o ritmo militar – não se restringia ao acesso ao continente brasileiro, mas a própria modernidade que era presenciada fora. O esquecimento não era apenas de caráter social, mas também um esquecimento imposto pelos quartéis, seguindo uma linha de vigiamento. A base ‘americana’ pode ser tomada como o elemento de quebra dessa ordem militar brasileira e que mesmo assim não rompeu com a estrutura do secreto. Uma ruptura para se pensar na possibilidade de criar uma vila adequada a moradia e não mais casas sem estrutura sanitária, como as vistas no trecho do relatório.

Quando tratamos de observar a relação de trabalho na ilha entre os americanos e os contratados brasileiros presenciamos o ‘extraordinário’ como um fator que distinguia os mercedores desse e que construía uma outra categoria social na Ilha: os trabalhadores da base de teletipos. Para que fosse construída a base de teleguiados a mão de obra especializada vinha do quadro militar estadunidense, como forma de garantir a rapidez e a eficiência no trato com as instalações que ali se iriam fazer. Numa matéria de jornal publicada em Recife<sup>14</sup>, os aviões que conduziam material e pessoas para o posto de Noronha, aterrizavam no Ibura. E com o símbolo da USAF (United

---

<sup>12</sup> E aí esta expressão tem o mesmo sentido do que se percebe de COLONIAL na tese de doutorado de Fabiana Bruce, quando esta vai explicar o processo de transformação do espaço urbano na cidade de Recife.

<sup>13</sup> Entre os meses de novembro e dezembro de 1956, os técnicos americanos que por lá estiveram, escolheram três pontos considerados de importância aos objetivos de defesa: o morro da Sapata (onde se achava o farol); o morro Francês e a Ilha Rata, essa última escolhida a instalação rápida dos estudos técnicos. Ao deixarem ao arquipélago de Fernando de Noronha, deixaram vestígios bem claros da sua presença: restos de alimentos, latas de conserva, caixas de fumo e cigarros; uma grande reserva de tambores de gasolina e querosene. Estiveram por um mês e bem equipados, com três destroyars, um navio transporte e um couraçado que davam coberturas aos seus trabalhos (JC: 29.01.1957).

<sup>14</sup> JC, 12. 04. 1957.

States Air Force), os operários especializados e os engenheiros chegavam para dar suporte ao serviço técnico lá realizado. Pouco se sabia da chegada desses estrangeiros, o que causava desconfiança e especulações.

*Os 50 soldados do exército e os 30 da aeronáutica não [tocavam] no assunto, mas os pescadores e o restante dos civis [comentavam] ingenuamente sobre uma idéia exata do que será aquilo, mas acham que vai haver muita confusão. Há um grupo neutro e uma grande maioria que gostará da vinda dos norte-americanos, já que americano significa dólar e trabalho (APEJE JC: 29/01/1957).*

A idéia de que poderiam alcançar uma certa riqueza com a presença do ‘dollar’, construída na imagem estrangeira em Noronha, provocava aos que residiam na ilha, seja esses funcionários do exército ou a serviço dele, a trocar o trabalho promovido pelo comando brasileiro pelas atividades oferecidas na base dos ‘yankees’. Afinal, o ‘dólar’ significava bem-estar. E isso acabava provocando certa preocupação à administração militar brasileira, que via a sua mão-de-obra se direcionar a outros espaços de trabalho e a tomar decisões para conter esse movimento.

*Eles pagavam bem. Pagavam trinta e cinco por horas. Trinta e cinco ‘mirreiros’. Naquela época era ‘mirreiros’. Um ‘mirrei’ era um real hoje. O cara que tinha profissão ganhava trinta e cinco. O que era braçal ganhava quinze. Geralmente era a metade. Os funcionários do exército quando entravam de licença especial, iam trabalhar nos americanos, que são seis meses. Ai, quando terminavam a licença, ai, não voltavam para o emprego do exército. Queria ficar no americano, que ganhava mais, e o emprego público federal ganhava do exército era uma micharia. Ai, foi obrigado o major Mafra, impacou e os americanos não podiam pagar esse preço, e baixou o preço. Ai, baixou os salários dos funcionários porque senão ele ia ficar sem nenhum funcionário. O pessoal ia para o americano e não queria mais voltar pro trabalhado dele, né? (SEU CHIQUITO: julho, 2008).*

Assim, os ditos ‘trabalhadores da base de teletipos’ não voltariam ao trabalho caso não fosse determinada uma ordem para tal. A disciplina aqui não foi transgredida, pelo simples fato que os próprios americanos diminuam o seu poder de barganhar a mão-de-obra em, favor da ‘paz’ insular. “Trinta ‘mirreiros’” se tornava um instrumento de poder em que a força não se encontrava entre as mãos militares, mas sim na necessidade de sobrevivência.

## **05 - O TEMPO DOS AMERICANOS: UMA IDENTIDADE AINDA EM CONSTRUÇÃO:**

*Ê lá no mar  
Eu vi uma maravilha.  
Vi o rosto de uma ilha  
Numa noite de luar.*

(LENINE – Miragem do Porto)

Andar pelas pretas pedras conduz imagens de uma Noronha com diferentes uniformes e outra moeda que não era a brasileira, mas que circulava por entre o comércio local: o dólar. Lembrava uma Ilha limpinha e organizada, toda pintadinha de



branco. Lembrava Brasil e Estados Unidos no nosso cotidiano, regrado por militarismo e disciplina. Uma Noronha dos ‘anos dourados’ a quem a todos deseja possui-la.

A população que nesse ambiente se insere gira em torno dos afazeres domésticos e obrigação do comando, podendo ser esses moradores civis ou militares. O ambiente bélico era uma constante nas vidas desses que muitos se viam numa “maré do abandono” onde apenas ‘a miragem do porto reconfortava seus sonos’. Flutuar por essa ‘maré’ multicafejada nos leva a relatos ainda não revelados de pessoas vívidas por narra-las.

Janirza Cavalcante, em sua tese de doutorado, na parte referente à complexa rede de relações sociais estabelecidas entre os ditos nascidos e/ou moradores locais e os ditos “haoles”<sup>15</sup>, nos mostra que

*o tempo dos americanos era de muita fartura e que eles costumavam distribuir alimentos e roupas com a população civil. Por outro lado, de um espaço cercado e fechado àqueles que não mantinham qualquer relação com o trabalho lá desenvolvido, passou a ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos (LIMA 2000, pg 163-164).*

Talvés por conta de ‘ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos’ esse espaço social tenha provocado um certo afastamento de parte da população não eleita a trabalhar para esse estrangeiro. A dificuldade em se comunicar, por conta do idioma, a patente distinta e diferente da brasileira, somado ao reduto inacessível a muitos, acentuaram ainda mais o sentido de solidão experimentado pelos estrangeiros, que tentava sana-la com as horas de lazer que lhes eram destinados no clube do pico que servia como o cassino da base.

E dentro desse ambiente, com duas culturas distintas, como se pode entender a idéia de paraíso para ambos atores sociais, digo americanos e brasileiro? Como as pessoas que por lá residiam se entendiam enquanto parte dessa construção social, essa teia de poder que imbricava todos os que compunham os espaço sociais insular? Era período de ordenamento militar, em que o vigiamento e a disciplina se apresentavam como uma constante; e as falas dos que viveram esse momento da historia fernandina ainda se apresentam em personagens de rostos e nomes, ou melhor, sobrenomes, que compõem a memória de Fernando de Noronha, tomada como uma das características a identidade noronhense.

Seu Cesário, por exemplo, chegara por volta dos anos de 1947, acompanhando o pai, Manuel Cesário da Costa, que estava a serviço do comando do exército. Eles foram um dos responsáveis pela reforma do palácio dos Governadores, hoje conhecido como Palácio de São Miguel, adicionando o 1º andar na sua arquitetura. Tempos depois (em 1950), conheceu Ana Martins da Costa, Dona Nanete, que fora a ilha para visitar seu irmão, sargento do exército Martins. Cesário e Nanete se casaram em 1956 e estão juntos desde então.

O Sargento Agostinho Alves Martins foi a Noronha por motivos da 2ª guerra. Acompanhado por um contingente de 3.000 homens, se fez presente no dito lugar por força bélica. Terminada a guerra foi a natal, casou-se com Josefa Carneiro, Dona Miroza, e a levou para morar com ele na Ilha.

Já Dona Nice, fazia parte da família de Seu Júlio Grande e Dona Prazeres. Tido como importante personagem da história local, Seu Júlio descia 20, 25 metros de

---

<sup>15</sup> Expressão utilizada pelos moradores da ilha para definir quem é de fora.

profundidade a caça de lagostas no fundo do mar. Exímio pescador, teve uma vida simples, como tantos outros personagens aqui narrados. Dona Nice conheceu seu Francisco de Oliveira, Seu Chiquito, em 1958. Sua chegada a Noronha se deu através do irmão que a habitava desde 1952, e logo que aportou no dito lugar foi trabalhar na construção da base americana instalada em 1956.

Tem também o seu Davi Cordeiro, o mais antigo da ilha. Nasceu em 1932. Seu pai, Antônio Alves Cordeiro, chegou na Ilha por volta de 1922, para cumprir pena de justiça.

Seu Alvinho Lucena chegou nos anos de 1946 (31 de dezembro). Trabalhava como eletricitista e ajudante de ferreiro. Foi parar na ilha, através de um amigo, trabalhador da secretaria do presídio, e que “via Noronha como uma forma de se empregar e ganhar um dinheiro”. Instalado na ilha, anos depois, conheceu Dona Maria, por volta de 1949. Ela foi parar em Noronha acompanhando uma família que tinha ido morar no dito lugar. Ao ver Seu Lucena “foi amor a primeira vista”. Mas o casamento deles foi algo peculiar: casaram as escondidas ou como ela mesma fala “casei fugida da minha família”. Esse fato teve a tutela de seu Zé Martins, considerado o nosso representante da força expedicionária brasileira na 2ª guerra.

Seu José Martins tem a sua passagem na ilha iniciada pelo seu pai em 1921, o Galo Branco. Cangaceiro de Lampião chegou na ilha por comprimento de pena de justiça. Foi nesse ambiente que Zé Martins aos 04 anos de idade cresce e se vê imerso num oceano de verde esmeralda. Trabalhava com o pai para a companhia francesa quando foi convocado a servir o exército na 2ª guerra mundial. Ao lado dos aliados, nunca foi a combate. Terminada a guerra, retorna a Noronha e no avião que o conduzia de Natal a Recife, conheceu dona Dulce por volta de 1949. Dona Dulce se dirigia à ilha a passeio: “estava indo à casa do padrinho Alencar que era sargento do exército quando me deparei com o Zé”. E estão juntos até hoje.

O que chama a atenção é a cumplicidade que existia entre este corpo social iniciado por esses personagens de 1950. Tempos difíceis ao abastecimento e aquisição de gêneros alimentícios, iluminação e circulação na Ilha. Mas de muita comunhão. “Um acodia o outro na hora da precisão”. Seu Burra Leiteira matava parte da sua criação e distribuía com os demais. Compartilhar uma simples geladeira pode ser tomado como um símbolo identitário que os unia e os classificava como iguais e semelhantes. Essa era a sociedade fundadora dos anos de 1950 em Noronha. A ordem estabelecida entre eles era a ajuda mútua, e que algumas vezes se encontrava em choque com a ordem estabelecida pelo comando do quartel, a qual criava um ambiente de dependência com essa sociedade.

Parte desses personagens ainda se encontram na construção dessa memória tipicamente noronhense e não fernandina. Fernandina adjetiva a quem chega para morar, mas não permanece. “O noronhense não! É aquele que chega e fica”. É aquele que se reconhece num grupo social dado. Reconhece-se entre os seus iguais e semelhantes. Noronhense é uma questão de identidade<sup>16</sup>. E essa se mistura com as trocas

---

<sup>16</sup> Tomando a idéia de identidade como uma construção simbólica e que vai dar uma sensação de pertencer a um grupo que se reconhece e se classifica como iguais. Idéia encontrada nas obras de Sandra J. Pesavento e Janirsa Cavalcanti quando essas trabalham o sentimento de pertencimento social e identitário

entre os americanos e os noronhenses e que extrapolavam a esfera da política internacional brasileira-americana.

O tempo dos americanos se encontra esquecido pela Ilha. As estradas de pretas pedras ainda têm por falar. Mas para (re)elaborar o passado, se faz necessário o exercício de esquecer, percebendo os rastros deixados por este exercício. (GAGNEBIN 2006: pg.105), numa busca pelo “tempo perdido” que talvez possa ser entendido não como um tempo que se perde sem fundamento, mas como ele é utilizado na construção desse TEMPO DO AMERICANO e que traz uma memória repleta de significados. (DELEUZE 2006: pg.16 )

## **06 - SERÁ QUE POSSO CONSIDERAR UM FINAL?**

Neste pequeno artigo, tentei utilizar um pouco do olhar que os moradores da ilha tem sobre a sua história. Buscar compreender e narrar as falas de quem viveu o ‘período dos americanos’ na ilha de Fernando de Noronha, deixando com que eles me dessem pistas do que entendem enquanto paraíso ou o que é ser Noronha.

Atualmente no arquipélago de Fernando de Noronha vive-se um momento ímpar de reencontro com a identidade insular. Para alguns, a falta de referências ou símbolos que estejam visíveis na cultura local, fora desvalorizado pelos ‘militares’ como uma tática para hierarquizar os que estavam destinados a viver sob o controle desses, os quais gestavam o andamento social da ilha, a ponto de quem transgredisse essas regras sociais teriam que ser expulsos do lugar.

Já me foi dito que não havia cultura na Ilha. Essa afirmativa pode ser encarada como reflexo do tempo de administração militar, a qual o referencial cultural desse tempo estava ligado às ordens do dia, ao vigiamento, a disciplina, ao quartel.

Noronha é tida como um “lugar de passagem”, já nos diz a arqueóloga Miriam Cazzeta. Portugueses, holandeses; franceses; italianos e americanos. Brasileiros militares e civis; pescadores, funcionários públicos. Pernambuco, União Federal e Pernambuco. Mas mesmo sendo passageiro estar por aquela ilha para alguns, deixam-se rastros materiais e imateriais. Esses são trazidos pelas gerações e construídos a partir das relações cotidianas deixadas por essas para nós. No entanto, é preciso perceber e decifrar estes rastros nos discursos escritos e falados. No meu entender, não se passa por um lugar sem levar e deixar algo que podem estar presentes nas depredações do meio-ambiente, nas dores, nas lembranças e esquecimentos, nas memórias e identidades. Essa última ainda é cara de ser pensada em Noronha, pelo simples fato de nos mover a um debate para reconhecer os símbolos que o corpo social da ilha constrói e emite culturalmente: o que Noronha produz?

Como havia dito no tópico **A PRESENÇA DOS EUA**, Fernando de Noronha foi construída sob quatro pilares: Isolamento, esquecimento, transgressão e disciplina. historicamente para a ilha foram enviados correccionais de diferentes partes do Brasil. Esses, assim como os que trabalhavam à ordem do Estado, ora imperial, ora republicano, formavam um corpo social distinto nas suas relações de poder que se exerciam e se construíam dentro da sociedade de tal forma que não se configuram como algo localizado apenas nas relações do Estado com os cidadãos. E esse poder também conduz a construção identitária de uma localidade, de uma sociedade, de uma comunidade.

Então quando falamos de identidade em Noronha é algo que gira na órbita da presença militar; dos pescadores; das mulheres que formavam o clube das mães; dos americanos da Segunda Guerra e da Guerra Fria; do esquecimento continental; dos negros que aqui viveram; dos degredados por justiça e por força da profissão; dos tantos seres que passaram, ficaram e perpetuaram as lendas e histórias da ilha.

Como entender o paraíso nesse momento? Ainda é difícil de ser respondido, mas podemos ter a certeza que esses atores sociais nos direciona a perceber que tipo/tipos de referência cultural e identitária<sup>17</sup> queremos ver em Noronha. Irmãos escolhidos por força de um espaço insular, convivendo com militares, civis e presos são algumas vozes que ainda ecoam por lá. Vozes essas que começam a se redefinir enquanto narradores de uma história. A ilha cinquentenária já começou a ser revisitada. Basta-nos dar vazão a essas vozes.

## 07 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

APEJE-PE; DOPS-PE; Prontuário nº 4071;

Aragão; CAMPELO e PAIVA, Sálvea de Oliveira, *Fernando de Noronha: A outra face do Paraíso*, Monografia, Recife-1990.

DA SILVA, Fabiana de Fátima Bruce. *Caminhando numa cidade de Luz e de Sombras: A Fotografia Moderna no Recife na década de 1950*. tese (doutorado em história) – programa de pós-graduação em história. Departamento de História. Recife: UFPE, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os Signos*. Trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. – 2. ed. – Rio e Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DELUMEAU, Jean. *O Que Sobrou do Paraíso*. Editora Cia. das Letras. São Paulo: 2003.

Diário de Pernambuco: 25/01/1957; 27/01/1957; Jornal do Comércio: 29/01/1957; 12. 04. 1957; Revista O Cruzeiro: 1959;

Fontes Orais: Davi Cordeiro; José Martins; Francisco de Oliveira e Severino Cesário.

GAGNEBIN Jeanne Marie. *Lembrar, Esquecer, Escrever*. 1ª Edição – Editora 34 : 2006

MOURA, Gerson. *EUA e América Latina – São Paulo: contexto, 1990 – (Repensando a História)*;

\_\_\_\_\_. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra – Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/ FGV;*

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação de mestrado em Antropologia social – Rio de Janeiro, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. – São Paulo: Cia editora nacional, 2001. – (Brasiliiana Novos Estudos; 5).

Relatório do curso superior de guerra TFFN. Parecer do doutor Eduardo Demarchi Difini sobre a 1ª viagem a Fernando de Noronha. Rio de Janeiro 07 de junho de 1960;

ROCHA LIMA, Janirza Cavalcante da. *Nas águas do arquipélago de Fernando de Noronha*. Tese de doutoramento em ciências Sociais – São Paulo: PUC, 2000.

<sup>17</sup> Tomando a idéia de identidade como uma construção simbólica e que vai dar uma sensação de pertencer a um grupo que se reconhece e se classifica como iguais. Idéia encontrada nas obras de Sandra J. Pesavento e Janirza Cavalcanti quando essas trabalham o sentimento de pertencimento social e identitário.

